



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 19ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, José Henrique, Inácio Franco e Jayro Lessa

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Carlin Moura; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: inexistência de quórum para votação - Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Viana Cabral para o cargo de Presidente do Iepha; discurso do Deputado Paulo Lamac; encerramento da discussão - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio César de Andrade para o cargo de Presidente do Cetec; discursos dos Deputados Carlin Moura e Almir Paraca; encerramento da discussão - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Camillo Fraga Reis para o cargo de Diretor-Geral da Agência RMBH; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; encerramento da discussão - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcos Affonso Ortiz Gomes para o cargo de Diretor-Geral do IEF; encerramento da discussão - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck para o cargo de Diretora-Geral do IGA; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; encerramento da discussão - Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes do Sr. Rúbio de Andrade para o cargo de Diretor-Geral do Idene, do Sr. Antônio Carlos Tardeli para o cargo de Diretor-Geral do Detel, do Sr. Ricardo Afonso Raso para o cargo de Diretor-Geral da Ademg, e do Sr. Paulo Roberto Menicucci para o cargo de Diretor-Geral da Lemg; encerramento da discussão - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Júnia Guimarães Mourão Cioffi para o cargo de Presidente da Hemominas; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; encerramento da discussão - Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes do Sr. Ivonei Abade Brito para o cargo de Diretor-Geral do Iter-MG e da Sra. Célia Pimenta Barroso Pitchon para o cargo de Ouvidora-Geral do Estado; encerramento da discussão - 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: requerimento do Deputado Célio Moreira; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.088, 974, 1.064 e 1.231/2011; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 326, 355, 636, 713, 824, 846, 936, 1.220 e 1.801/2011; encerramento da discussão - Suspensão e reabertura da reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Bom dia, Sr. Presidente Deputado José Henrique, Deputadas e Deputados, professoras e professores! Quero reafirmar o conteúdo da ata da reunião de ontem: ontem o nosso Bloco Minas sem Censura manteve a obstrução aqui no Plenário desta Casa, em solidariedade ao movimento das professoras e dos professores da rede estadual de ensino e também em solidariedade aos demais servidores públicos do Estado, da saúde, do Ipsemg e da Polícia Civil. Utilizando os instrumentos regimentais, mantivemos durante toda a noite o processo de obstrução, e foi por esse processo de obstrução que fizemos os encaminhamentos. Estava na pauta a indicação de diversos cargos para a Diretoria da Arsae e de outros órgãos. Somos 23 Deputados. Cada um de nós fez um encaminhamento esclarecendo que iríamos nos abster da votação em função do processo de obstrução. Obviamente, alguns instrumentos que o Regimento nos possibilita são limitados. Cada Deputado fez seu encaminhamento, sua defesa, sua explicação pelo prazo regimental de 10 minutos e pode falar apenas uma vez em cada votação. Como o período das indicações era de uma hora, conseguimos superar essa fase. Agora retomamos o processo, mas não podemos repetir o processo de encaminhamento que fizemos ontem sobre determinada proposição, o que torna nossos instrumentos de obstrução mais reduzidos. Mas, além da obstrução, Sr. Presidente - e a ata deixa isso muito claro -, estamos fazendo um esforço concentrado, por meio do nosso Líder, o Deputado Rogério Correia, para tentar uma interlocução junto ao governo do Estado, à Secretaria de Planejamento e à Secretaria de Estado de Educação. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e, especialmente, professores, na nossa compreensão, neste momento precisamos, de forma emergencial, da reabertura da negociação com os professores do Estado de Minas Gerais. Entendemos que o pleito deles pelo pagamento do piso nacional é mais que legítimo e está referendado pelo Supremo Tribunal Federal. Porém, agora, precisamos de negociação; precisamos que o governo reabra as negociações, que se sente com o Sind-UTE e procure encontrar uma saída para o movimento dos professores. Durante todo esse processo de interlocução com o governo do Estado, através da nossa Liderança, também estamos procurando negociar com o governo para que o ponto não seja cortado. Não podemos permitir que a Assembleia Legislativa saia de recesso, volte em agosto, e os professores continuem em greve - além de tudo, com o ponto cortado. Estamos fazendo um esforço muito grande para que o governo discuta com a mesa de negociação e possa dar garantias mínimas para que não haja o corte de ponto. Esse é o trabalho que estamos fazendo, e a ata deixa isso muito claro, sempre colocando para vocês, professores e professoras, de modo muito transparente, que estamos fazendo uso dos instrumentos regimentais à nossa disposição. No entanto, vai chegar o momento em que esses instrumentos vão-se exaurir, vão-se esgotar, mas estaremos aqui firmes, solidários com o movimento de vocês. É esse o conteúdo da ata da reunião do dia de ontem. Espero que hoje possamos avançar. Bom dia para vocês e sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais!

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta. Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Viana Cabral para o cargo de Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, o Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Tive a missão de ser relator da comissão especial que estudou a indicação do Sr. Fernando Viana Cabral. Em nosso parecer, apresentamos a recomendação de aprovação, uma vez que se trata de profissional reconhecidamente sério, que desempenhou trabalho extremamente bem-sucedido à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. O Sr. Fernando Viana Cabral possui uma folha de serviços prestados à nossa cidade, e tivemos elementos suficientes para perceber a sua capacidade profissional. Realizamos a sabatina do Sr. Fernando Viana Cabral com a participação de vários Deputados do nosso Bloco e apresentamos o parecer pela aprovação do nome do ex-Secretário de Administração Regional Centro-Sul de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, aproveitando a discussão de uma questão tão importante, que é o patrimônio histórico, afirmo que o maior patrimônio do Estado são os mineiros. Neste momento em que sentimos a angústia e a aflição dos mineiros em relação a impasses na educação e na saúde, o Bloco Minas sem Censura está aqui reafirmando seus compromissos com os estudantes que estão fora das salas de aula, com a necessidade de se criarem as condições para a resolução da greve dos professores e professoras e para o bem da educação do Estado. Informo que, neste momento, vários de nossos Líderes não se encontram presentes por estar sendo realizada mais uma tentativa de consenso, de acordo. Nossa expectativa é que consigamos, ainda na parte da manhã, avançar na viabilização do diálogo com os professores, com a educação, que está em greve e deixa no prejuízo um número muito grande de alunos em Belo Horizonte e no restante do nosso Estado.

Sr. Presidente, o empenho do nosso Bloco Minas sem Censura, que tem o privilégio e o prestígio de contar com V. Exa. como representante na Mesa Diretora, é para resolver os problemas do Estado. Ontem, fizemos um apelo claro ao Governador do Estado, e hoje já existem indícios de uma abertura maior ao diálogo. O Bloco Minas sem Censura reafirma aos professores o seu compromisso; reafirma para a população de Minas Gerais que nos acompanha ao vivo, pela TV Assembleia, o nosso compromisso com a solução

dos problemas do Estado. Independentemente de estarmos aqui fazendo obstrução, de termos uma postura clara de oposição ao governo, buscamos resolver os problemas que, até então, o governo não havia conseguido desembaraçar. O Bloco busca intervir junto à Mesa Diretora, que conta com a atuação importante do nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro e dos Líderes desta Casa, para que a Assembleia Legislativa seja um instrumento de mediação e amenize o sofrimento da população de Minas Gerais.

Sobre o encaminhamento da indicação do Sr. Fernando Viana Cabral para o Iepha, afirmo novamente que o maior patrimônio que temos é a nossa população. É importante que tenhamos um bom gestor à frente do patrimônio histórico e cultural do nosso Estado e é importante também que consigamos resolver os problemas prioritários do nosso Estado. Temos muita tranquilidade em relação à atuação do nosso Bloco, pois estivemos ontem, aqui, até à 1 hora da manhã e reafirmamos a nossa disposição, Sr. Presidente, primeiramente para o diálogo, para o consenso. Queremos construir o melhor para o nosso Estado e, se for preciso, ficaremos até às 2 horas da madrugada ou até o mês inteiro nesta Casa. Obviamente essa não é a nossa vontade, não é a vontade do Bloco; estamos trabalhando intensa e incansavelmente; faremos quantas reuniões forem necessárias; e também estamos radicalizando o diálogo. A nossa intenção é resolver isso hoje, se for possível. Queremos uma solução imediata. Estamos dispostos a fazer reuniões aqui, na Cidade Administrativa, na rua e onde for necessário. A disposição é para o diálogo, mas, se o diálogo não prospera, acabam acontecendo experiências como a de ontem, à noite. Ficamos aqui longe das nossas famílias, madrugada afora, o que não deixou de ser uma experiência democrática interessante do trabalho do Parlamento e do exercício do contraditório. Foi bonito para a democracia mineira ver aqui os seus representantes debatendo ideias até o horário necessário. É um avanço que o Bloco Minas sem Censura traz para esta Casa.

Temos essa disposição de debater e discutir política. Estamos aqui para isso, Sr. Presidente. Essa é a confiança que o povo de Minas Gerais depositou em cada uma e em cada um de seus representantes. Estamos com toda a disposição para resolver os problemas e fazer os acordos necessários, desde que realmente resolvam o problema da população mineira. Essa é a nossa prioridade e a determinação do Bloco Minas sem Censura. Os valorosos Deputados do Bloco Minas sem Censura estão prontos a permanecer na Casa e a fazer o diálogo em defesa dos mais nobres e legítimos interesses da população de Minas Gerais. Não estamos aqui fazendo nenhuma discussão menor nem somos movidos por interesses mesquinhos ou secundários em termos de política. O nosso interesse é a população que acredita e depende do Estado; a população que coloca seus filhos nas escolas e quer ter a tranquilidade de saber que eles estão sendo bem cuidados e orientados por profissionais igualmente tranquilos. A mesma estrutura que damos aos nossos filhos em casa deve ser repassada a eles nas escolas.

Essa é a luta por dignidade para a população, que passa pela dignidade do profissional da educação. O que queremos é que os professores tenham salários e condições de trabalho dignos, bem como a tranquilidade de dar uma boa educação aos seus filhos, filhos da população que mantém suas crianças nas escolas, isto é, à futura geração de mineiros. A confiança no Estado de Minas Gerais, a confiança de colocar o filho numa instituição de ensino do governo do Estado de Minas Gerais precisa existir. Queremos a melhor formação e, para isso, sabemos que precisamos dar condições dignas de trabalho para os profissionais da educação de Minas Gerais. Esse quadro também se reflete na saúde, que também está em greve. Temos a expectativa de que, muito em breve, virão os avanços necessários para que a população consiga ter seus profissionais em plena atuação. Sabemos que falta muito, bem como sabemos da carência de recursos na área da saúde e do investimento ainda insuficiente do governo do Estado de Minas Gerais. Estamos na luta pela regulamentação da Emenda nº 29 e para mais recursos realmente aplicados na saúde.

Já vou concluir o meu encaminhamento. Como relator da comissão que avaliou o nome de Fernando Viana Cabral, o meu voto é pela aprovação, em função dos serviços por ele prestados e pela sua competência, que já conhecemos e podemos atestar. Mas nossa preocupação e indicação prioritária é quanto à saúde e à educação, que devem vir na frente. Por isso o Bloco Minas sem Censura encaminha pela resolução dos problemas do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio César de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação Centro de Tecnologia de Minas Gerais - Cetec. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante esclarecer que há um instrumento legal que determina que a nomeação de toda chefia de autarquias e fundações do Estado de Minas Gerais deve primar-se por uma exigência constitucional: as pessoas indicadas pelo Chefe do Executivo devem passar pelo crivo da Assembleia Legislativa. É constituída uma comissão especial, faz-se uma sabatina com o indicado, na qual são avaliadas as suas condições técnicas e, posteriormente, a sua indicação é submetida ao Plenário. Esse é um instrumento importante de controle público das indicações. Devo dizer que, no curso da sabatina dos diversos indicados, notamos que alguns não preenchiam os requisitos básicos para ocuparem o cargo. Teve de ser retirada a indicação de três deles, porque eram considerados fichas-sujas. O que está em discussão neste momento é a indicação do Sr. Marcílio César de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação Centro de Tecnologia de Minas Gerais - Cetec. Fiz parte da comissão especial que o sabatinou. Devo esclarecer primeiramente que ele é um professor e pesquisador de carreira do Cetec, portanto preenche as condições técnicas para ocupar o cargo. O que importa no momento é o papel que o Cetec cumpre ou deveria cumprir no Estado de Minas Gerais como fundação estadual de pesquisa e, como tal, tem um papel estratégico do ponto de vista do desenvolvimento do Estado. Temos de nos lembrar sempre de que não haverá pesquisadores, nem pesquisa científica, nem produção científica e tecnológica, se não houver investimento na educação básica. Se não houver investimento na formação básica da nossa juventude, a chamada pesquisa de base, não haverá pesquisadores em nosso Estado. A pesquisa básica se constrói na formação do aluno, com o professor de Matemática, com o professor de Física, com o professor de Filosofia. O aluno que não é devidamente alfabetizado dificilmente se transformará num grande pesquisador. Sem a educação básica, sem a formação básica, sem o alicerce, não haverá condições de formarmos pesquisadores. Como estamos aqui discutindo a Presidência da Cetec, que é uma fundação de pesquisa e fomento ao desenvolvimento científico do Estado, não podemos desconsiderar a nossa educação básica, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a formação tecnológica de nossos jovens.

Isso é importante, porque o Cetec não pode ser desconsiderado desse contexto. Ele deve estar inserido em um contexto maior da educação em Minas Gerais. Essa é a grande questão. Devemos dar as condições para que os nossos pesquisadores possam fazer pesquisa aplicada e desenvolver o parque tecnológico do Estado. Por exemplo, hoje a grande questão colocada para nós é a mineração. Minas Gerais é o maior produtor de minério, mas as nossas riquezas minerais são extraídas das nossas montanhas e exportadas na forma “in natura”, na forma de “commodity”, sem nenhum valor agregado, sem nenhum processo de transformação. Essa riqueza é mandada embora para o exterior, para a China especialmente, sem sequer pagar ICMS, porque é produto de exportação. Se esse produto, se essa “commodity”, se essa riqueza mineral fosse aqui utilizada, processada e industrializada, estaríamos gerando riqueza e renda para o nosso País. Para vocês terem uma ideia do que estou falando, digo que, enquanto somos o maior produtor de minério de ferro e, ao mesmo tempo - só para vocês compreenderem -, o maior produtor de uma “commodity” agrícola chamada café, sendo este também um produto de exportação, o que ocorre? Queremos fazer café expresso, mas nenhuma daquelas maquininhas de café expresso que são feitas com a liga do nosso minério de ferro é fabricada no Brasil. As maquininhas que fazem café expresso acabam vindo da Itália, porque em Minas Gerais não existe uma fábrica para industrializar o nosso minério de ferro, transformá-lo em liga metálica e em máquina de fabricação de café expresso.

Isso significa que o nosso Estado é pobre em tecnologia, é pobre em industrialização. Então, o Cetec tem o papel, serve para fomentar pesquisa tecnológica e incentivar o parque tecnológico do nosso Estado. Portanto, não basta haver uma fundação de desenvolvimento tecnológico que não cumpre o seu papel fundamental, o seu papel básico. Mas há que questionar: como faremos o desenvolvimento do nosso parque tecnológico, como incentivaremos a produção científica, se o ensino médio profissionalizante no Estado também não vem cumprindo o seu papel? O Estado de Minas Gerais, em vez de incentivar a rede própria estadual de ensino técnico, de criar escolas técnicas estaduais com condições de oferecer cursos de formação profissional aos nossos jovens, optou pelo programa de formação profissional, pelo programa de escolas profissionais como o PEP, em convênio com a rede privada, para comprar vagas na rede privada. Porém, dessa forma, não se desenvolve a nossa própria formação tecnológica no Estado. Entendemos que o PEP, como disse o professor - e concordamos com ele -, é um processo de privatização do ensino técnico profissionalizante. Como o tempo já está acabando, quero dizer que estamos encaminhando favoravelmente à indicação do Prof. Marcílio, que preenche as condições técnicas e é profissional e pesquisador de carreira da própria Fundação Cetec. Contudo, temos a compreensão de que precisamos investir mais nas nossas fundações públicas para haver maiores e melhores investimentos na área da produção científica e tecnológica de Minas Gerais, sob pena de o nosso Estado continuar atrás de outros mais desenvolvidos tecnologicamente. Se observarmos o desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais, veremos que fica aquém, por exemplo, do desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de São Paulo. Isso não é bom para Minas Gerais. Estamos encaminhando favoravelmente à indicação do Prof. Marcílio César de Andrade para a Presidência da Fundação Centro de Tecnologia de Minas Gerais - Cetec -, reforçando que Minas precisa investir mais na pesquisa científica, na produção tecnológica e, acima de tudo, nos nossos professores da educação básica, porque sem eles não há pesquisa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores públicos da saúde e da educação do Estado de Minas Gerais, é um prazer revê-los. Força na luta! Espero que consigamos encaminhar soluções adequadas, justas para as demandas de vocês antes do recesso. Temos insistido com que a pauta da Assembleia precisa ser ajustada a essa outra pauta que simboliza o clamor e as necessidades dos servidores públicos mineiros. Sr. Presidente, pedimos para discutir a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio César de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação Centro de Tecnologia de Minas Gerais - Cetec -, a fim de apresentar algumas questões que julgamos pertinentes. Primeiramente, gostaríamos de elogiar a intervenção do Deputado Carlin Moura, que se tem notabilizado como parlamentar extremamente sensato, equilibrado, eficiente, que apresenta argumentos incisivos, plenamente coerentes e justos, para auxiliar na compreensão das diversas questões debatidas nesta Casa. Como integrante do Minas sem Censura e do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer da nossa honra e satisfação de ter o PCdoB compondo esse bloco de oposição conosco, de maneira especial o Deputado Carlin Moura, que tem sido um grande maestro nesta Casa.

Gostaríamos de discutir a questão da tecnologia também do ponto de vista da inovação, que agrega um conceito com o qual temos trabalhado há alguns anos. Mesmo antes de retornar a este parlamento na legislatura passada, temos acompanhado, já há algum tempo, a discussão das tecnologias sociais no Brasil. Atualmente existe um movimento organizado, estruturado e em funcionamento, que conta com a participação de vários órgãos federais, de conselhos de Reitores das universidades públicas, de diversos institutos de pesquisa e, principalmente, de uma rede de organizações sociais dos mais diversos campos e trabalha com essa noção, auxiliando a formulação e a consolidação do conceito de tecnologias sociais. Hoje a rede de tecnologias sociais é uma realidade no Brasil. Mais de 700 instituições, entre organismos, centros de pesquisa, empresas com responsabilidade social e organizações não governamentais as mais diversas, a compõem.

Na legislatura passada fizemos um esforço para implantar no Estado, por meio de um projeto de lei de nossa autoria, o programa de fomento às tecnologias sociais em Minas Gerais. Não obtivemos sucesso na legislatura passada e reapresentamos o projeto, que está tramitando. Espero que tenhamos sucesso nesta legislatura, a fim de se consolidarem os programas de fomento a tecnologias sociais no Estado, que trazem, em seu conceito, uma maneira de democratizar o acesso a tecnologias e estimular a inovação, fazendo com que essa não se restrinja a universidades públicas e privadas. Daí a sua relação plena com a indicação para a Presidência do Cetec: é preciso que a pesquisa e a inovação tecnológica não se restrinjam aos institutos federais de tecnologia e, menos ainda, aos centros de pesquisa mineiros, sejam públicos, sejam privados. A pesquisa, a ciência e a tecnologia devem descer nesse nível de hierarquia e, como bem disse o Deputado Carlin Moura, chegar à base da pirâmide social, inclusive para além do espaço formal da escola pública ou privada.

O conceito de tecnologia social proporciona essa discussão. Por quê? Porque tecnologia social tem parâmetros básicos. O que envolve o conceito de tecnologia social? Primeiro, devem existir soluções práticas, efetivas, que já tenham demonstrado resultados



concretos em resolver problemas das diversas áreas, como saúde, educação, energia, habitação, geração de trabalho e renda, ou seja, questões que envolvem qualidade de vida.

Abro um parêntese para, mais uma vez, saudar os profissionais, os servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Portanto, são soluções práticas e efetivas que já provaram que resolvem problemas de diversas áreas. Devem, ainda, ser soluções de baixo custo. É preciso que sejam soluções baratas, acessíveis, a fim de que as comunidades lhes tenham acesso e que sejam facilmente multiplicadas. É necessário, ainda, que sejam de fácil apropriação pela comunidade. Um dos sérios problemas em relação à tecnologia é o fato de que, em grande medida, ela não é amigável, pois quase sempre demanda o acompanhamento de um técnico, de um “expert”, que, permanentemente, auxilie na transmissão do conhecimento, do domínio, da operação da tecnologia. Portanto, tecnologia social pressupõe mecanismos fáceis de apropriação do conhecimento pela comunidade, a fim de que ela se emancipe da necessidade de ser permanentemente tutelada por um técnico. Essa noção de assistência técnica permanente, ou seja, o conhecimento, que hoje é o grande patrimônio, o grande ativo do mundo contemporâneo, deve ser adaptada, apropriada pelas pequenas comunidades e pelas organizações sociais em Minas Gerais e no Brasil.

Por fim, tecnologia social pressupõe diálogo permanente, interação permanente entre o saber científico, que vem dos centros de pesquisa, das universidades, das acadêmias, e o saber tradicional, popular, das comunidades, dos cidadãos comuns. Esperamos que o Cetec, centro de excelência em pesquisa tecnológica em Minas Gerais, acolha esse conceito de tecnologias sociais e nos auxilie na difusão dessa ideia, dessa proposta.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, em Minas Gerais, com o apoio de vários parceiros, principalmente do governo federal, estamos implantando dois centros de referência em tecnologias sociais: um é o Centro de Referência do Bambu e das Tecnologias Sociais - Cerbambu -, no Município de Sabará, no Distrito de Ravena, com um dos mestres bambuzeiros mais eficientes do Brasil, o mineiro Lúcio Ventania; e o outro é o Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão - Cresertão -, que está instalado no Distrito de Sagarana, em Arinos, em parceria com o IEF. Esperamos que esses dois centros sejam um estímulo para a multiplicação dessas experiências e iniciativas que têm feito tão bem às pequenas comunidades brasileiras e mineiras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Camillo Fraga Reis para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, demais Deputados desta Casa, colegas companheiros professores e professoras e servidores da área de saúde. Eu me inscrevi para discutir a indicação do Sr. Camillo Fraga Reis, porque resido em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É extremamente importante essa Agência, que foi criada para o desenvolvimento integrado da nossa Região Metropolitana, com a finalidade de planejamento, assessoramento, regulação urbana e viabilização de instrumentos de desenvolvimento integrado.

Não se concebe mais cidade isoladamente. Na Região Metropolitana os Municípios estão integrados, as áreas conurbadas, sobretudo em algumas políticas públicas, como saúde e educação. Tudo o que se faz num Município afeta a Região Metropolitana e o que se faz na Região Metropolitana afeta o Estado. Então, além da sua indicação para Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, o Sr. Camillo está preparado para assumir esse cargo. Por isso votamos favoravelmente ao seu nome na Comissão e o nosso Bloco Minas sem Censura também votará, aqui no Plenário, porque esta é uma oportunidade de discutirmos políticas públicas na nossa Região Metropolitana.

Para que qualquer política pública avance, seja no transporte, seja na saúde, seja na educação, é fundamental que se valorize a educação no Estado. Para isso, a presença maciça dos nossos colegas é fundamental, como foi ontem, à noite, e está sendo hoje, pela manhã. Voltando à questão da Região Metropolitana e relembrando o lançamento da Frente Parlamentar Pró-Metrô BH-Betim-Contagem - e estão aqui o nosso companheiro Durval Ângelo, que é seu coordenador, e o Deputado Fred Costa -, sabemos que é necessária uma integração maior tanto do trabalho como da educação, porque muitos jovens estudam na Capital e moram na Região Metropolitana, e vice-versa. Então, há necessidade urgente de um transporte coletivo de qualidade.

Por exemplo, existe em Betim, desde 1981, um projeto inicial para construção do metrô. Naquela época, a atual Prefeita Maria do Carmo Lara, que era Deputada Federal, conversou várias vezes sobre isso com a Dilma, que não era Presidenta, mas Ministra da Casa Civil. Após a sua posse como Prefeita de Betim, em 2009, a Maria do Carmo foi inúmeras vezes a Brasília, a fim de que pudesse chegar a esse ponto. Numa carta-consulta ao Ministério das Cidades, foram incluídas as três cidades em Belo Horizonte, para ampliação do metrô. A Prefeita Marília Campos, de Contagem, e o Deputado Durval Ângelo também estiveram em Brasília várias vezes e intercederam pela construção do metrô de Contagem, e a Prefeita Maria do Carmo também está lutando em prol da sua implantação em Betim.

O transporte de qualidade também é importante para a educação. É uma forma de proporcionar melhor qualidade de vida à população da Região Metropolitana. Com certeza, em agosto, receberemos uma resposta da nossa Presidenta, que é sensível a essa situação da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A grande maioria dos profissionais da educação é composta por mulheres. Lógico que grandes companheiros homens estão ao nosso lado, mas as mulheres constituem a maioria. Fiquei pensando: vamos votar a indicação do nome do Dr. Camillo Fraga Reis para o cargo de Diretor-Geral da Agência RMBH. E a cota de mulheres? Felizmente, o nome da Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck foi indicado para o cargo de Diretora-Geral da autarquia Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. Em breve, iremos votar essa indicação. Devemos sempre ressaltar a importância da participação efetiva da mulher em todos os espaços.

Repetindo, somos ampla maioria na área da educação. Queremos, mais uma vez, reafirmar a necessidade da valorização dos profissionais da educação, garantindo-se o piso salarial, como aprovado pelo STF. Essa reivindicação da nossa categoria é justa e legítima, e o governo de Minas deve pagar o piso da educação. Estamos ao lado dos profissionais da educação e dos companheiros da saúde - Fhemig e Funsauúde -, que também reivindicam melhores condições para a sua categoria. Uma política pública de educação



não consegue avançar sem que haja, paralelamente, políticas públicas de qualidade para a saúde. É necessário que haja integração entre essas áreas, além de outras, como esporte e cultura.

Relativamente à questão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, não podemos perder de vista, ao elaborarmos planos diretores, ao planejarmos políticas públicas, um transporte público de qualidade.

Hoje, mais uma vez, está havendo nesta Casa um esforço concentrado, a fim de que haja diálogo, que é importante para se chegar a uma solução discutida, negociada com os profissionais das várias áreas do Estado de Minas Gerais. Esse é o verdadeiro papel do Parlamento, é o verdadeiro papel da Oposição, a fim de avançarmos nesse diálogo. O Bloco Minas sem Censura não quer, de forma alguma, que seja quanto pior, melhor. Temos respeito pelos profissionais, pelo povo de Minas e pelos objetivos prioritários da sociedade mineira. Por isso, queremos que haja uma solução. Não podemos permitir que crianças, jovens e famílias fiquem prejudicados, assim como os profissionais. É um momento de férias legítimo. Queremos que esse impasse seja resolvido para que os direitos dos profissionais das várias áreas sejam garantidos e cheguemos a um acordo.

Nosso Líder, o Deputado Rogério Correia, que representa o Bloco Minas sem Censura, conversou com os Líderes do governo nesta Casa. Esse é o papel da Assembleia. Quando a Assembleia não puder abrir as portas para a população, estará num lugar de ditadora e não será um parlamento. Temos que ressaltar que esta Casa tem sido palco de inúmeras reuniões, audiências públicas e fóruns de debate. Estamos desenvolvendo um fórum técnico de segurança nas escolas. Já houve uma reunião em Juiz de Fora. Em agosto haverá uma reunião em Contagem e outra, no Sul de Minas. Nos dias 4, 5 e 6 de outubro, haverá o fórum técnico na Assembleia. A Comissão de Segurança está empenhada em que esse fórum seja um sucesso e contribua com a garantia de uma cultura da paz dentro das escolas, que é o objetivo prioritário da educação e também dos nossos grandes companheiros e companheiras da educação. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcos Affonso Ortiz Gomes para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck para o cargo de Diretora-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimento o Sr. Presidente, os colegas professores e os profissionais de saúde. Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, nesta Casa, reafirmar a importância da mulher neste país e neste Estado. Como já disse, já somos a ampla maioria na educação, não contra os companheiros profissionais, mas ao lado deles. Queremos companheirismo e construção da fraternidade.

A indicação da Cláudia nos faz refletir sobre isso. Lembramos aqui publicamente, com aqueles que nos veem na TV Assembleia, que nós mulheres, só em 1932, pudemos votar e ser votadas neste país. O histórico de discriminação contra nós é de longa data, mas já avançamos bastante. Não vamos reclamar, pelo contrário, pois temos a primeira Presidenta mulher deste país, o que é um marco histórico que não podemos perder de vista, daí estarmos sempre cobrando de todas as instâncias que não se esqueçam de indicar as mulheres. Desejamos e esperamos que a Cláudia no IGA seja uma representante, uma mulher que tenha compromisso com os movimentos sociais; que ouça aqueles que estão realmente comprometidos com o IGA e com os movimentos sociais. Estava fazendo um estudo nesta semana e vi que, apenas no terceiro setor no Brasil, ONGs e associações, existem 328 mil instituições; dessas, 42% ficam na Região Sudeste e 10% em Minas Gerais. Ou seja, há cerca de 30 mil entidades do terceiro setor. Ora, não se consegue mais administração em qualquer órgão sem ouvir os movimentos sociais e a sociedade organizada, sem apoiar os movimentos sociais, os sindicatos, as associações e as fundações.

Lembro aqui que realmente precisamos avançar nos espaços de poder. Basta dizer que, nesta Casa, entre os 77 parlamentares, por quem temos todo o respeito, estão apenas 5 mulheres, que não são nem 10%. Em 2012, haverá eleições para Prefeitos e Vereadores, e precisamos incentivar as mulheres a participar efetivamente do "status" de poder partidário. Por exemplo, a maioria das coordenações dos nossos sindicatos são ocupadas por mulheres, o que é muito importante. Temos que incentivar que elas continuem a ampliar, cada vez mais, seu espaço de poder, como já disse, não contra os homens, mas ao seu lado. Também temos de lembrar que, entre 53 Deputados Federais, há apenas 1 mulher, a Deputada Jô Moraes, do PCdoB, que já foi Deputada nesta Casa. Na legislatura anterior, havia também uma única Deputada Federal, a atual Prefeita de Betim, Maria do Carmo Lara. Era a única. Já houve momentos em que tínhamos três ou quatro representantes. Duas cidades próximas, Betim, onde moro, e Contagem têm Prefeitas mulheres, mas nenhuma Vereadora na Câmara. Portanto, temos que colocar as mulheres nos espaços de poder. Estou-me referindo à Sra. Cláudia Lúcia Leal Werneck para o cargo de Diretora-Geral do Instituto de Geociências Aplicada - IGA. Realmente, as mulheres já são maioria nas universidades, mas ainda somos minoria na pós-graduação. Temos realmente de responder pelos espaços de poder que ocupamos e àqueles que representamos - e é necessário que nos cobrem mesmo. Precisamos nos unir para, de fato, dar uma resposta.

O IGA tem a finalidade de coordenar e executar pesquisas e trabalhos científicos nas áreas de geografia, cartografia e geologia, excetuados os de mapeamentos básicos. É um trabalho científico extremamente importante. Defendemos que, independentemente de quem estiver no poder, devemos acompanhá-lo. O controle social é necessário, independente de apoiarmos ou não o governo. Para que a democracia se aperfeiçoe e se fortaleça, é preciso que o Parlamento seja forte e cumpra o seu papel, mas é necessário também avançarmos na democracia participativa, não é, Deputado Celinho do Sintrocel? Na questão do transporte, se não houver controle social, não avançaremos. Temos que avançar no controle social de todos esses espaços de poder.

A Cláudia é graduada em Engenharia Eletrônica. Isso é interessante porque é uma das profissões em que, há alguns anos, não se via uma participação efetiva da mulher. Para mudarmos essa realidade, é preciso que as nossas companheiras mulheres que ocupam espaço de poder, como Secretárias ou Ministras, tenham realmente ouvidos para os movimentos sociais e nos representem de maneira democrática. Precisamos também fazer esse acompanhamento, todos nós. Mais uma vez, gostaria de mencionar aqui a grande importância dos sindicatos e dos movimentos sociais, como o Sind-UTE e o Sind-Saúde. Contamos com a sua presença maciça aqui,



ontem, até de madrugada, e hoje, de maneira ordeira, democrática. Eles realmente estão manifestando suas reivindicações. Esse é o verdadeiro papel dos movimentos sociais. Realmente têm que se organizar e não desanimar para que possamos conquistar os nossos direitos que nunca foram entregues de graça. Sempre lutamos por eles com organização. A democracia dá muito mais trabalho do que o autoritarismo, mas com certeza é infinitamente melhor que o autoritarismo. Bem dizia a nossa Presidenta que prefere o barulho da imprensa ao silêncio das ditaduras. Não podemos permitir que a ditadura, um momento tão triste da nossa história, volte. Por isso, quando esta Casa está movimentada, barulhenta e cheia vemos que estamos em plena democracia e não podemos abrir mão disso. Por isso quero cumprimentar a Mesa Diretora e todos os Deputados que estão abertos a receber os movimentos sociais. Quero dizer a vocês que não desanimem, continuem sempre nessa luta. A Casa é nossa, é da população, é dos movimentos sociais organizados. Por isso quero, mais uma vez, deixar aqui o nosso abraço. Não nos esqueçamos de que homens e mulheres temos de construir, lado a lado, essa sociedade mais justa, igualitária, fraterna, garantidora dos nossos direitos. A educação tem que ser prioridade. Para ser prioridade, tem que haver direitos garantidos, valorização, formação permanente e um salário digno. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Rúbio de Andrade para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Carlos Tardeli para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - Detel. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ricardo Afonso Raso para o cargo de Diretor-Geral da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - Ademg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo Roberto Menicucci para o cargo de Diretor-Geral da Loteria do Estado de Minas Gerais - Lemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Júnia Guimarães Mourão Cioffi para o cargo de Presidente da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - Hemominas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sras. Deputadas; Srs. Deputados; Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; quero nesta oportunidade saudar os servidores e as servidoras do Estado, que, em luta, têm contribuído de maneira decisiva. Quero saudar o Presidente da Assembleia de Minas, Deputado Dinis Pinheiro, os demais Deputados da Mesa Diretora, os meus colegas Deputados e Deputadas, os servidores desta Assembleia, os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público de Minas Gerais. Vou tratar aqui de gente. Estamos tratando agora da indicação de pessoas para compor o governo de Minas, para construirmos um Estado melhor para o povo de Minas e para o Brasil. Já que estamos tratando de gente e pelo meu respeito e conhecimento em relação a ela - sei que tem o acolhimento por parte dos servidores da Hemominas -, saudamos a Dra. Júnia como a próxima Diretora da Hemominas. Desejamos-lhe sucesso. Conheço muito alguns que estão indicados nessa lista. Tive a oportunidade de estar ao lado de alguns em diferentes momentos, inclusive quando Belo Horizonte foi administrada pelo então Prefeito Patrus Ananias e no caso do nosso valoroso Fernando Cabral. Conheço a Júnia há muito tempo como técnica da Hemominas e sei da sua competência e dedicação.

Mas, nenhum desses indicados fará administração melhor, se a estrutura do governo não estiver comprometida com o desenvolvimento do Estado. Nenhuma dessas instituições é soberana para fazer o que quiser. Agora mesmo discutimos a situação do Cetec, cuja indicação é o Dr. Marcílio. Teremos a oportunidade de discutir o Cetec em agosto, em uma audiência que foi prorrogada por condições excepcionais. O Cetec, como qualquer órgão do Estado, não pode ser transferido, do ponto de vista da sua responsabilidade, da sua direção, da sua função, para atender a interesses privados em detrimento do interesse público. O Estado como um todo pode e deve estabelecer parcerias com a iniciativa privada, desde que essas parcerias sejam conduzidas na lógica de sustentar o bem comum, o interesse público. Quero tratar aqui com vocês dessa concepção. Estou tratando de pessoas. Ontem, quarta-feira, a "Folha de S.Paulo", na seção de Opinião, em sua terceira página, publicou um artigo que se inicia citando uma determinada pessoa como das mais importantes, que mais lutou, que mais representa a luta pela democracia, que por ela fez guerra e que manifestou, com muita ênfase, no bom português - e não na tradução que foi colocada - que democracia é o melhor de todos os regimes apresentados. Essa pessoa que tratou de democracia, tratou de redes sociais, falou do "twitter", do Facebook, da democracia participativa, vocês todos conhecem: é o nosso Governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Anastasia. Referindo-me ao que ele escreveu, quero dizer que estou plenamente de acordo e compartilho da sua concepção. Mas, para fazer valer os princípios da democracia, ele não pode voltar as costas para os servidores públicos do Estado. Se vale o "Facebook", se vale o "twitter", se valem as redes sociais como instrumento de relacionamento com a sociedade, também tem de valer o olho no olho, o diálogo direto, a conversa e as negociações com os seus servidores.

Deixo aqui esse registro mais como apelo e como identidade com o que escreveu o Governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Anastasia. Está aqui para todos lerem. Ele inicia citando Winston Churchill; dizendo que o regime mais importante, o regime superior do desenvolvimento humano, da organização é o democrático; fala de todo o sistema de redes de comunicação e da importância da democracia; e conclui que a democracia é o sistema mais importante de construção de uma sociedade, de uma Nação. É nesse contexto que apelo para o governo de Minas e o Governador do Estado de Minas Gerais; que, cumprindo o sonho do nosso Paulo Freire, educador do mundo, faça valer o discurso na prática; que não faça o discurso dissociado da prática; que não se afaste do que disse no discurso sobre a relação com os servidores. Não tenho dúvida de que o sucesso de uma administração, na lógica da democracia, dá-se ao estabelecer uma relação direta, absolutamente respeitosa com os servidores do Estado. Nesse contexto, digo-lhes que, pela nossa condição humana, temos limitações, cometemos erros, temos defeitos. Mas os avanços mais importantes de todos os tempos de luta que conheço, da nossa democracia brasileira foram fruto da efetiva participação do povo trabalhador.



Parabenizo vocês pela sua luta, pela presença, embora possam incomodar muitos e todos em determinados momentos. Mas é esse incômodo que desperta esta Assembleia Legislativa, para que se coloque diante de vocês nessa lógica, nessa relação de compromisso, de solidariedade e de defesa da democracia. Avancamos, e tenho convicção de que avançaremos mais ainda para resolvermos os graves problemas do Estado de Minas Gerais. Se vocês não estivessem presentes - e aqui saúdo, de modo muito especial, as trabalhadoras e os trabalhadores do setor de saúde -; se vocês da Funed, se vocês da Fhemig, se vocês da Hemominas não viessem a público mostrar a realidade da saúde no Estado de Minas Gerais, talvez ainda pensássemos que tudo estivesse bom, porque a propaganda nos conduz a isso, como o choque de gestão, o déficit zero e questões maravilhosas deste Estado. Não é bem assim. Vocês vieram mostrar que o governo de Minas Gerais tem que reagir diante da situação que está aí, e não só resolver a questão da greve que vocês fazem - porque vocês não fazem greve apenas para resolver os problemas de vocês, que estão em greve.

É preciso que o governo compreenda que vocês que fazem greve estão tentando resolver o problema daqueles que nem estão ainda no sistema de saúde. Vocês que fazem greve, que lutam, que vêm aqui, que participam, estão aqui para dizer que os hospitais de Minas Gerais não podem continuar sucateados como estão. Vocês que fazem greve estão aqui para dizer que a nossa estrutura de saúde não se sustenta e não tem um futuro capaz de atender aquilo que propõe a Constituição Brasileira, que é a saúde como direito fundamental da pessoa humana, se não houver concurso público e se não houver valorização dos trabalhadores. Vocês vieram aqui para dizer a Minas Gerais e ao governo de Minas que sabem e para forçá-lo, sensibilizá-lo e motivá-lo a tomar postura, e não dizer que não negocia com vocês em greve. Frente a essa situação, mesmo fazendo concurso público, com os salários que são pagos, não há condições de se montar uma estrutura de atendimento à saúde digna e adequada, da dimensão que Minas Gerais tem que ter.

É muito importante a presença de vocês aqui para representar aquilo que os profetas fizeram no passado, e não só para denunciar a grave situação que vivemos em nosso Estado. Vocês, como profetas, vêm a esta Assembleia de Minas Gerais para anunciar um novo tempo para o Estado e para dizer ao seu governo que temos de reunir o melhor da nossa inteligência e da nossa energia para enfrentarmos os grandes problemas daqui. Espero que ainda hoje, Presidente, o governo de Minas Gerais possa anunciar aos servidores da saúde, aos servidores da educação e aos servidores da segurança pública o primeiro ato: a disposição de negociação. É preciso dialogar. Não há "facebook", não há "twitter", não há internet que possam fortalecer a democracia se não houver diálogo direto com aqueles que o querem neste momento.

Quero deixar registrado aqui, com apoio e com esperança, que a Hemominas pode ser governada pela Júnia, em razão da sua competência técnica, da sua experiência e da sua relação saudável com os servidores. Espero que a Hemominas, a Funed, a Fhemig e o Ipsemg possam ser governados respeitando-se e valorizando-se os servidores públicos, organizando-os de tal maneira que possam servir plenamente aos interesses de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ivonei Abade Brito para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Célia Pimenta Barroso Pitchon para o cargo de Ouvidora-Geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 45 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Célio Moreira, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.697/2011 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 974/2011, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

O Sr. Presidente (Deputado Jayro Lessa) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.064/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que institui a Política de Educação para o Trânsito e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.231/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.910, de 3/8/2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela



aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 326/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação do ingresso, na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas, aos órgãos de Segurança Pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 355/2011, do Deputado Fred Costa, que fixa prazo para que as operadoras de TV a cabo efetuem a interrupção do serviço quando solicitada pelo usuário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 636/2011, dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, que dispõe sobre as condições higiênico-sanitárias da produção artesanal de leite de cabra e ovelha e seus derivados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 713/2011, do Deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Raul Soares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 824/2011, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fronteira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 846/2011, do Deputado Delvito Alves, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno que especifica à Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Pico - Aprofap -, com sede no Município de Unaí. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 936/2011, do Deputado Antônio Júlio, que torna obrigatório o oferecimento de cardápios em braille nos restaurantes e bares do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, em cada estabelecimento da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa cujo nome o estabelecimento leva. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.801/2011, do Deputado André Quintão, que altera dispositivos integrantes da Lei nº 12.262, de 23/7/1996, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1h30min para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão, Ivair Nogueira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Liza Prado e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Célio Moreira e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, com base no inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para, em audiência pública, discutir o atendimento



prestado pelo Ipsemg aos servidores públicos do Estado, principalmente os aposentados. Registra-se a presença da Sra. Jomara Alves da Silva, Presidente do Ipsemg, e dos Srs. Renato Almeida de Barros, Diretor do Sind-Saúde; Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sind-Ute; Paulo Antônio Siqueira, Vice-Presidente, representando a Sra. Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ipsemg - Sisipsemg; Geraldo Antônio Henrique da Conceição, Diretor Político do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais - Sindpúblicos; Marcelo Diniz, médico do Ipsemg; e Cristiano Matta Machado, Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente – Luzia Ferreira – Luiz Henrique – Duarte Bechir.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/7/2011

O Deputado Rogério Correia - Pois bem. Deputado José Henrique, Deputadas e Deputados, vamos fazer uma saudação às três companheiras que assumem hoje essa missão da Cipe Rio Doce: a Deputada Rosângela Reis, que assume a Presidência, e gostaria de parabenizá-la; a Deputada Luzia Toledo, do Espírito Santo, que agora entrega a Presidência à Deputada Rosângela; e a nossa ex-Deputada e hoje Prefeita de Governador Valadares, Elisa Costa. É um prazer tê-la novamente conosco, ela que já foi nossa companheira Deputada e agora é nossa Prefeita em Valadares.

Três mulheres combativas que, com certeza, vão-nos ajudar muito a resolver questões ambientais. É um prazer tê-las aqui.

Sr. Presidente, colegas Deputados, quero pedir a compreensão por me dirigir particularmente aos professores e aos funcionários da saúde pública em greve no Estado.

Todos sabemos e temos dito desta tribuna há bastante tempo que os servidores precisam de um tratamento diferenciado e emergente do governo do Estado. No entendimento do Bloco Minas sem Censura, os oito anos do choque de gestão fizeram com que os servidores públicos tivessem os salários defasados e condições de trabalho que não são as necessárias para alavancar o crescimento social na área de saúde, educação e segurança pública, cujos policiais civis já se encontram em greve há mais de 60 dias. Portanto, esses três setores - saúde, educação e segurança pública - estão enfermos em consequência de uma política chamada choque de gestão.

Essa crítica não é recente, não se deve à presença dos servidores aqui hoje, mas há muito o PT, o PMDB, o PCdoB e o PRB têm falado que essa política do choque de gestão levaria a um déficit social muito grande, e agora isso parece estar claro para a população de Minas Gerais, em função do movimento desses servidores. Esse movimento e essas greves deixam claro para o povo de Minas Gerais que é preciso modificar a política que o governo adota em relação a essas três questões essenciais. Ou seja, o papel do Estado para as questões básicas de saúde, educação e segurança pública não pode ter o carimbo do procedimento neoliberal que o Estado de Minas Gerais vem tendo em oito anos de governo Aécio Neves, e agora na continuação pelo governo Anastasia. O chamado choque de gestão 1, segunda geração do choque de gestão, terceira geração do choque de gestão etc. está fazendo com que os servidores tomem choque, como se estivessem eletrocutados. É um choque de indignação, e temos denunciado isso há muito tempo.

Minas Gerais vive também uma outra situação. O ex-Governador criou uma blindagem absoluta no seu governo, de modo que nada poderia ser questionado. O que não fosse elogio ao funcionamento do Estado e ao governo não poderia ser veiculado na imprensa. Quem ousasse ter opinião diferente era censurado ou massacrado. Assim funcionou com os movimentos sociais que ousaram entrar em greve e questionar e sofreram repressão e corte de ponto. Esses movimentos eram isolados, tratados como injustos, por mais justos que fossem, e eram. Assim foram reprimidos os professores, os servidores do Sindieletro e da Fhemig. Assim o governo foi atuando em relação a cada uma das greves em Minas Gerais.

Na Assembleia Legislativa, a Oposição era calada pela força de uma imensa maioria do governo. O Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público estão muito aquém das necessidades. O Tribunal de Contas faz sempre uma análise das contas dizendo, por exemplo, que o investimento na saúde foi abaixo do mínimo constitucional, mas os Conselheiros dão voto político e aprovam a conta. A Prefeita Elisa Costa está aqui e sabe que, se um Prefeito deixar de cumprir os 15% constitucionais, o Ministério Público manda cassá-lo, e assim faz no interior de Minas.

Mas, quando se trata do governo do Estado, os Conselheiros aprovam as contas com ressalvas. Com isso a saúde deixou de absorver R\$4.000.000.000,00 no governo Aécio Neves, que é a dívida que o Governador deixou para a área da saúde. No caso da educação, a dívida está, como a saúde, nas galerias, a dívida com os servidores, um salário-base de R\$369,00, porque se tentou substituir o piso pelo subsídio. Considerando-se esse o vencimento-base do professor, ele é simplesmente, Deputado Durval, o pior salário do Brasil. É também uma dívida imensa.

Diria também uma outra dívida, a da segurança pública. Em Minas Gerais, não tenho os dados, mas, pelo que o Sindpol disse, quase dois terços dos nossos Municípios não têm Delegado de Polícia. Não há Delegado de Polícia em 570 dos 853 Municípios. Ao mesmo tempo, bem lembrado, gastou-se mais de R\$1.200.000.000,00, chegando-se quase a um bilhão e meio, para se construir a Cidade Administrativa, para se ter ali o espelho eleitoral de um programa. Assim poderíamos ir listando a crítica que fizemos aqui. Com essa



situação, o Bloco Minas sem Censura deliberou como prioridade exatamente esses três eixos, educação, saúde e segurança pública, e, a partir daí, cobraríamos do governo do Estado prioridade absoluta.

Com as greves, fizemos um compromisso público com os sindicatos. Eu próprio, em nome do Bloco Minas sem Censura, falei na Assembleia, com a palavra concedida pelo Deputado Sargento Rodrigues - a quem agradeço em nome dos servidores militares -, subi no caminhão da Polícia Civil, do Sind-UTE, do Sind-Saúde, em todos eles, e comprometemo-nos a fazer obstrução até que o Governador abrisse negociação com essas categorias. Isso foi dito em nome do Minas sem Censura, e assim agimos. Há mais de um mês não se vota projeto do governo em virtude da nossa obstrução, que deixamos clara: não é antidemocrática, foi a forma de fazer com que se priorize a segurança, saúde e educação públicas. Por isso encontramos-nos com uma pauta bastante cheia, com muitos projetos, e estamos fazendo essa exigência de negociação.

Hoje pela manhã, a nosso pedido - aliás, gostaria de agradecer ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, e ao Deputado Mauri Torres, que também ajudou muito nesse processo -, estivemos com a Secretária Renata Vilhena aqui na Assembleia Legislativa e apresentamos a ela a nossa intenção de continuar a obstrução em relação aos projetos do governo. A Secretária ficou de conversar com o Governador Antonio Anastasia, para a abertura das negociações, mas que uma abertura sincera de negociações fosse realizada com as áreas da saúde e da educação, visto que, no caso da segurança pública, os policiais militares realizaram uma negociação e a Polícia Civil encontra-se em fase de negociação, com uma assembleia a ser realizada dia 19. Entretanto, na educação e na saúde não há abertura de negociação, e o governo apenas comunicou que não negociaria com os grevistas.

Estamos esperando retorno, Sr. Presidente, da Secretária Renata Vilhena e do Governador do Estado, no que tange à abertura dessas negociações. Essa negociação seria realizada entre Deputados do Bloco Minas sem Censura, e do bloco do governo, em especial da Secretaria de Planejamento; no caso da educação, a Secretaria de Educação; da saúde, a Secretaria de Saúde; e os sindicatos ligados aos movimentos grevistas, Sind-UTE, Sind-Saúde e assim por diante.

Se essa comissão for de fato formada e tiver a participação dos Secretários e o aval do Governador - aproveitando até esse período, no caso da educação, do recesso de aulas no mês de julho; é um calendário único -, gostaríamos que nesse período fosse efetivada uma negociação real com os professores e com a área da saúde. Esperamos esse retorno, por isso fiz questão de ocupar a tribuna.

Refazemos as críticas, das quais não abrimos mão. Entretanto, estamos abertos a fazer um desprendimento para votar sem obstrução, mas conforme nossa consciência, conforme o que considerarmos justo ou não, para votar a favor ou contra cada um dos projetos, por meio do Minas sem Censura. Estamos submetendo isso nesta tarde, à noite, amanhã e seja lá até que dia aguentarmos fazer obstrução. A base do governo também cumpre seu papel de tentar votar; e nós, de obstruir. Mas enquanto conseguirmos fazer a obstrução, nós o faremos. Como disse, estamos-nos submetendo à abertura desse procedimento de negociação. Abriremos mão da obstrução, Deputado Sargento Rodrigues, desde que a negociação seja realmente aberta com o governo, com a presença da Secretária para discutir, com data e hora marcada para começar e, de preferência, para terminar. Se as negociações não forem atendidas totalmente, pelo menos que se apontem e se discutam as reivindicações dos professores, dos trabalhadores da educação e dos trabalhadores da saúde. Aguardamos o retorno do governo e a confirmação desse procedimento.

Nós, do Bloco Minas sem Censura, queremos comunicar a vocês essa nossa decisão. Estamos na expectativa de que o governo reveja o posicionamento de não negociar e o substitua pela decisão de negociar, negociar, negociar, negociar; e priorize a educação, a saúde e a segurança pública, que são as reais prioridades do Estado.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para fazer uma saudação a Tilden Santiago, meu amigo pessoal, que foi nosso Deputado Federal por vários mandatos e Presidente do PT em determinado período. Faço uma saudação a ele e anuncio a sua presença em nosso Plenário, se me permite o Presidente, pela amizade que tenho com o Tilden.

Sr. Presidente, são essas as questões sobre as quais queria falar. Já como medida também de pressionar o governo para aceitar essa nossa proposta de abertura de negociação, o Bloco Minas sem Censura escolheu dois Deputados que participarão da comissão de negociação, se ela for instituída: no caso da educação, são os Deputados Paulo Lamac, que está aqui conosco e é nosso representante, e o Deputado Carlin Moura, na Comissão de Educação; e eu, como Líder do Bloco. Companheiros da saúde pública, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, membro da Comissão de Saúde, será o representante do Bloco na referida comissão, que está para discutir também esse assunto.

Deputado Paulo Lamac - V. Exa. estará nessa comissão -, tenho esperança de que o governo aceite essa proposta ou se submeta a essa pressão, que é democrática. Isso só pôde existir a partir da mobilização de vocês; não adiantaria apenas fazermos a obstrução se não tivéssemos a greve, a presença e a pressão de vocês. Infelizmente, não tem sido essa a prioridade do governo do PSDB em Minas, mas esperamos que passe a ser. Para que isso ocorra, é natural a pressão democrática que vocês fazem, com o respeito que lhes é comum, professores e trabalhadores. Mas que esse respeito seja também entendido pelos Deputados como um direito de vocês de pressionarem, porque a pressão faz parte também do sistema democrático brasileiro.

Parabéns, vamos ver se caminhamos pelo menos para uma abertura sincera das negociações. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero cumprimentar, de maneira muito especial, as professoras e os professores que estão aqui nessa aguerrida e justa batalha. Também cumprimento os trabalhadores da área da saúde, o Sind-Saúde, que cumpre um papel fundamental para os trabalhadores dessa área. Às vezes ficamos tanto com a educação na cabeça, que ela acaba simbolizando todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. No entanto, reconhecemos a importância do papel de cada um de vocês. Queria aqui, antes de entrar no tema propriamente dito, cumprimentar, de forma muito especial, o nosso conterrâneo e grande companheiro, o ex-Embaixador Tilden Santiago. Ele é de Contagem, foi Deputado Federal por três mandatos e Deputado Federal constituinte. Além disso, tem um papel importante na política de Minas Gerais, além de ter sido Embaixador em um pequeno país caribenho, na pequena ilha de Cuba. Não podemos comparar Cuba, em matéria de industrialização e de desenvolvimento econômico, com a maior potência, os Estados Unidos da América, pois aquele país



não chega nem aos pés deste. No entanto, Cuba possui dois aspectos tão superiores que não cabe fazer sequer uma comparação: a educação e a saúde.

Sabemos que um país, para ser soberano e ter uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, deverá ser construído com investimentos na saúde e na educação. Quem mais precisa da qualidade da prestação de serviços na área da saúde, da educação e da segurança pública é justamente o trabalhador e as pessoas mais humildes do povo. A elite, os poderosos têm dinheiro para pagar colégio particular e plano de saúde, apesar de que, no Brasil, nem plano de saúde funciona mais. É muito importante valorizarmos os trabalhadores da saúde e da educação. Quero parabenizar o nosso ilustre Embaixador Tilden Santiago, esse jovem que ontem completou apenas 71 de experiência e dedicação à vida pública. Tilden, você é motivo de orgulho e é referência para todos nós, mineiros e contagenses. Que Deus o abençoe, e que você continue sendo essa pessoa maravilhosa. Sr. Presidente, o Tilden participará, às 14h30min, de uma audiência pública da Comissão Interparlamentar Estadual - Cipe -, que reúne as Assembleias Legislativas de Minas Gerais e do Espírito Santo e trata da Bacia do Rio Doce.

Mais cedo contamos com a presença da Prefeita de Governador Valadares, Elisa Costa, que participará dessa audiência pública da Cipe Rio Doce. Ela foi Deputada desta Casa e Líder do Bloco da Oposição na legislatura passada, cumprindo um papel fundamental. Elisa Costa, quando foi nossa Líder, também adotou uma postura muito firme na defesa dos trabalhadores da educação e da saúde e hoje vem fazendo um grande trabalho e um esforço enorme para melhorar também a qualidade do serviço público em Governador Valadares. A Prefeita Elisa Costa tem como compromisso fundamental a implantação da escola em tempo integral em Governador Valadares. Sabemos do sacrifício e das dificuldades para se implantarem, em Governador Valadares, programas universais como esse, porque, apesar de ser um polo regional, apesar de ser a capital do Vale do Rio Doce, esse Município ainda sofre com o pequeno desenvolvimento regional do nosso Estado. As regiões mais longínquas do nosso Estado ainda sofrem com essa falta de desenvolvimento.

Governador Valadares, uma cidade com quase 200 mil habitantes, ainda não tem, em virtude do descaso e das políticas públicas dos últimos anos, uma grande indústria, um parque industrial mais qualificado. A cidade ainda vive do comércio e da produção agrícola. Precisamos, para trazer desenvolvimento mais sustentável para Minas Gerais, preocupar-nos também com o desenvolvimento regional, e Valadares é um bom exemplo disso. Precisamos preocupar-nos com esse desenvolvimento, levar para lá uma indústria de grande porte.

No passado houve a promessa de se instalar nesse Município uma fábrica de celulose, o que não se viabilizou. Hoje há o pleito da duplicação da BR-381 até Valadares, além de uma cobrança à Vale, que, após sua privatização, deixou de investir na região. Precisamos cobrar maiores investimentos da Vale, além de uma política de desenvolvimento do Estado que olhe com carinho para essa cidade. Do ponto de vista da Cipe Rio Doce, também deve haver a revitalização do Rio Doce e a integração sustentável do Vale do Rio Doce.

Quero parabenizar nossa Prefeita Elisa Costa e toda a comunidade do Vale do Rio Doce. Há professor de Governador Valadares nas galerias? Há, com certeza. Felicitamos nossa Prefeita Elisa Costa pelo trabalho e pelo esforço que vem envidando pelo Vale do Rio Doce, à frente da Prefeitura.

Sr. Presidente, o bloco da Oposição da Casa, desde segunda-feira, têm-se esforçado para estabelecer uma linha de diálogo e de negociação. Hoje pela manhã, sinalizaram para a possibilidade de entendimento na parte da tarde, do que trataremos com mais detalhes.

O Deputado Duilio de Castro (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. É um prazer apartear-lo neste momento, o que faço para trazer-lhe nossas considerações de apoio. Precisamos fazer um movimento maior pela educação, maior até que o movimento que está sendo feito hoje. Precisamos nos unir, em âmbito nacional. Eu já disse isso em uma reunião realizada com os professores. Precisamos de uma movimentação muito maior. A educação precisa buscar um entendimento muito mais amplo. Não será um piso de cerca de R\$1.500,00 que resolverá o problema da educação. Poderia haver um salário muito melhor se fosse feita uma discussão maior, em âmbito nacional. Aqui, hoje e durante a semana, o papel da Oposição e da Situação, intermediando com o governo a busca do pagamento do piso o mais rapidamente possível, foi importante. Todavia é necessário um projeto maior. O que muda um país é a educação. O que tirou vários países do Terceiro Mundo foi a educação.

Podemos observar exemplos de países, como o Japão, a Coreia e a China. Não há outro caminho senão pela educação. Se as coisas continuarem como estão, daqui a algum tempo não haverá mais professor. Já não está havendo alunos nas escolas. Quero dar um testemunho. Meu filho precisou de um professor de Física para melhorar suas notas, que estavam baixas. Não encontrei esse professor. Por que não estamos encontrando professores? Porque não há incentivo, Deputado Carlin Moura, porque os salários não são atrativos, porque as condições de trabalho não são atrativas.

Então, precisamos de uma discussão muito mais ampla em âmbito nacional. Que se eleve o piso salarial dos professores, talvez até mais do que está definido hoje, porque precisam e merecem. Precisamos discutir mais as condições de trabalho nas escolas, os mobiliários das escolas, as condições físicas. Acho que o que está ocorrendo hoje e nesta semana - a Situação fazendo o seu papel de intermediar junto ao governo e a Oposição fazendo o seu papel de obstruir as pautas, buscando uma negociação e uma conversação - faz parte do processo democrático, para que se possa avançar e pelo menos abrir uma pauta de negociação, a fim de que se construam condições mais justas. Quando falo mais justa, é porque todos nós passamos por uma escola, todos nós fomos educados por professores, e o que vemos hoje, muitas vezes, são professores formarem engenheiros, médicos e outros profissionais que saem ganhando 10, 20 vezes mais que eles, que continuam recebendo salários baixos. Então, é preciso uma discussão mais ampla. É preciso socorrer o professor de imediato, mas é preciso um debate muito maior para se buscar um financiamento da educação no País para dar condições melhores aos educadores, para que eles tenham condições de trabalho.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Agradecemos o aparte do ilustre Deputado Duilio de Castro, que é de Sete Lagoas. Queria registrar aos senhores professores e às senhoras professoras que realmente esse debate é necessário e que é preciso haver uma mesa de



negociação. Não podemos negar que os professores de Minas se encontram em greve por uma bandeira justa, a bandeira da implementação do piso nacional, em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal. E o nosso Bloco construiu durante toda a semana a reabertura das negociações.

Gostaria de registrar que acaba de chegar para presidir a reunião o nosso Presidente Dinis Pinheiro. Trago, de público, o nosso testemunho de que o Deputado Dinis Pinheiro, como Presidente da Casa, cumpriu um papel fundamental hoje, pela manhã, para garantir essa mesa de negociação, para intermediar o diálogo entre o Executivo, o Legislativo e os professores, cumprindo o papel que compete a qualquer Deputado, independentemente do partido. Ao se assentar na cadeira da Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Deputado tem que cumprir realmente o papel republicano que o Deputado Dinis Pinheiro cumpriu nesta manhã. Tenho a convicção de que hoje à tarde haveremos de concluir essa negociação, restabelecendo o diálogo para que o governo do Estado possa ouvir os professores e, a partir daí, apontar saídas. Não vamos fazer negociação com o olho no retrovisor, queremos olhar é para frente.

Olhar para frente é garantir o pagamento do piso nacional dos professores; é garantir, na nossa Lei Orçamentária, o recurso necessário para o cumprimento dessa obrigação; e, ao mesmo tempo, cobrar do Ministério da Educação e do governo federal que estabeleçam, o mais rapidamente possível, o fundo para garantir o pagamento do piso. Que garantam, no Plano Nacional de Educação, 10% do PIB para investimento na educação. Esse é um compromisso que também precisamos cobrar. Obviamente educação e saúde pressupõem qualidade de investimento na educação e cumprimento dos 12% previstos na Constituição para a saúde, o que infelizmente não está ocorrendo em Minas Gerais.

Deputado Duílio de Castro, concordamos com o seu raciocínio, a coisa é um pouco mais complexa. É interessante o Deputado Duílio de Castro, que é da Região Metropolitana, de Sete Lagoas, uma cidade mineradora, ressaltar aqui que os estudantes de Minas Gerais têm defendido a criação do Fundo Social do Minério, a ser mantido com recursos provenientes da exploração das riquezas minerais, e que 50% desse fundo sejam investidos em educação, cultura, ciência, tecnologia e esporte. Então, tudo que pudermos fazer para aprimorar, melhorar a qualidade do investimento na educação é fundamental.

Concluo dizendo às professoras e aos professores que, hoje, por volta de 12h30min, fiquei um pouco mais tranquilo, porque se descortina no horizonte a possibilidade da reabertura da negociação com os professores e com o setor da saúde pública, para que o governo, por meio de uma mesa de negociação, aponte solução para os nossos trabalhadores.

Queremos voltar aqui em agosto sentindo falta de vocês. Queremos vê-los é na sala de aula, no posto de saúde e no hospital. Boa sorte para vocês. Contem conosco sempre.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero, inicialmente, cumprimentar os trabalhadores da educação e da saúde, que, de forma guerreira, compromissada com a categoria, fazem-se presentes no Plenário há três dias, dando aqui um exemplo de cidadania, de resistência e, acima de tudo, com dignidade, lutam por um direito que, certamente, todo trabalhador tem, o de lutar por dignidade.

Nesse aspecto, disse ao Ronaldo, à Graziela e aos demais professores que estavam nas galerias mais cedo que iria me posicionar como Líder da Bancada do PDT nesta Casa, dizendo que também apoiamos o movimento de vocês. Estamos aqui para defender os trabalhadores, especialmente os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Todas as vezes em que tive a oportunidade de me manifestar, verbalizando da tribuna ou nas votações, o fizemos favoravelmente aos servidores públicos do nosso Estado. Em 12 anos e 5 meses de mandato, nunca votei contra servidor público deste Estado e não seria neste momento que iríamos deixar de nos posicionar.

Antes mesmo de continuar a minha fala, quero citar o prefácio da Constituição da República, pois é exatamente a ele que nós, Deputados, e o governo do Estado devemos nos ater. “O Homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferentemente das sete constituições anteriores, começa com o homem. Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. É a constituição cidadã.”

Todos os Deputados desta Casa, ao assumirem o mandato, juraram defender a Constituição da República e do Estado. Portanto, defender os trabalhadores e defender um piso salarial é dever, acima de tudo, dos Deputados desta Casa. Além de fazer esse preâmbulo, o constituinte de 1988, logo nos primeiros artigos, assim definiu: “Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;”

Portanto, venho a esta tribuna dizer que o nosso posicionamento, conforme nos foi solicitado pelo Ronaldo, Graziela e vários outros companheiros, é o de nos colocarmos à disposição, juntamente com os demais Deputados, para permitir ou agilizar medidas, ou até mesmo pressionar o governo para que, realmente, estabeleça o diálogo com os servidores da educação e da saúde do nosso Estado.

Entendemos também que os trabalhadores estão, nada mais nada menos, reivindicando aquilo que lhes é de direito, ou seja, um tratamento justo, à altura, mas, acima de tudo, estão defendendo sua dignidade salarial.

O Deputado Luiz Carlos Miranda (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pois quem conhece sua história, sua trajetória, sabe muito bem do seu comprometimento.

Sou filho de servente escolar e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e estou aqui em nome desses trabalhadores. Há uma hora, tivemos uma reunião com o nosso Presidente e todas as centrais sindicais. A pauta foi a discussão da abertura das negociações com os trabalhadores públicos das áreas da saúde e da educação. Asseguro a cada trabalhador dessas áreas que esta Casa respeita a democracia e que, com certeza, a Bancada do PDT, em nenhum momento, votará contra vocês. Então, cumprimento o Deputado Sargento Rodrigues, porque precisamos investir nos educadores. Minha irmã é Diretora de escola e, até hoje, recebe R\$1.200,00 de salário bruto; minha mãe é servente escolar e, depois de 20 anos de aposentadoria, recebe menos de R\$300,00. Sinto isso na pele,



então asseguro a todos os comandados desse movimento que os Deputados do PDT, mesmo sendo da base do governo, votarão os interesses maiores dos trabalhadores da saúde e da educação. O trabalhador precisa se unir e se fortalecer

Ontem, fiquei nesta Casa até as 2 horas da manhã, quero cumprimentá-los pela garra, força e coragem. Somente com essa unidade, com essa união, teremos educação; e homens e mulheres sendo respeitados neste país. Parabéns a todos, continuem firmes. Se conseguirmos, com a força do nosso Presidente Dinis Pinheiro e com os Líderes desta Casa, reabrir as negociações, não será nenhum mérito nosso, pois esse mérito é de vocês que ficaram aqui, que estão resistindo. É com a resistência que alcançaremos o nosso objetivo. Contem com a Assembleia e com os Deputados. Parabéns, trabalhadores.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradecemos ao ilustre companheiro, Deputado Luiz Carlos Miranda. Gostaria de pedir apenas um pouco de silêncio para dar um testemunho em defesa dos nossos professores e professoras.

Deputado Luiz Carlos Miranda, no dia 13/6/97, iniciamos a primeira greve da Polícia Militar em toda a história do nosso país. Tive a honra de estar ao lado dos meus companheiros naquela data. Até aquela data, conseguíamos aumento apenas a reboque dos professores. Dou esse testemunho, pois, por diversas vezes, estivemos a reboque dessa classe. Como não podíamos fazer greve, esperávamos os professores fazê-la para nos manifestarmos de forma calada, sem falar nada dentro do quartel, pois era um assunto terminantemente proibido. Éramos massacrados nos quartéis quando o assunto de salário era tocado. Éramos proibidos de tocar nesse assunto, pois o regulamento nos punia severamente.

Quero deixar claro que, durante a greve de 1997, passamos por um processo. Conforme disse ao Ronaldo e à Graziela mais cedo, foi um processo de internalizar e saber o que representa esse tipo de movimento. Na verdade, esse tipo de movimento representa algo especial e essencial à cidadania, porque o trabalhador deve vir e tem o direito de vir a esta Casa e manifestar livremente a sua indignação. É com esse propósito e sentimento que ocupamos esta tribuna. Queremos dizer-lhes que apoiamos esse movimento.

Como Líder do PDT, não nos curvaremos nem ficaremos calados. Queremos também colocar-nos à disposição para ajudar nas negociações porque entendemos que a reivindicação é legítima e, acima de tudo, é fundamental, ou seja, um direito fundamental dos nossos trabalhadores tanto do setor privado quanto do público.

Sr. Presidente, quero destacar a importância de os senhores virem à Assembleia e se manifestarem. São poucos os trabalhadores que têm a consciência de lotar essas galerias e exercer a pressão democrática. Na verdade, essa pressão democrática precisa ser exercida, porque o homem que está aqui votando, a Deputada ou o Deputado, precisa senti-la para ter a sua sensibilidade aguçada, ou melhor, reavivar a sua sensibilidade de ser humano. Portanto é necessário que os senhores continuem nessa luta.

O Deputado Rogério Correia foi o primeiro orador da tarde. Quando ocupei a tribuna para avisar ao governo da possibilidade da greve da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, concedi aparte ao ilustre companheiro Deputado Rogério Correia, que deixava claro que o Bloco PT-PMDB-PCdoB estaria também apoiando a manifestação dos policiais. Assim também entendemos. Queremos dizer ao ilustre Deputado Rogério Correia que pode contar com a pessoa deste Deputado e os demais colegas - aliás, aqui também se manifestou o Deputado Luiz Carlos Miranda - para hipotecarmos apoio à causa dos senhores. Estaremos acompanhando a decisão final do STF, porque os trabalhadores estão lutando e exigindo o piso, que aliás temos de defender.

Quanto à Lei nº 11.738, cuja inconstitucionalidade foi arguida, no momento em que o STF manifestar e publicar o acórdão decidindo que o governo do Estado tem de pagar o piso, não restará a este alternativa senão pagá-lo.

Estaremos aqui para apoiar a categoria dos senhores, ou seja, os servidores da saúde e da educação.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo que os trabalhadores da educação e da saúde estão de parabéns porque não arredaram o pé, mantiveram-se unidos, lutando e brigando nas galerias de forma digna por um direito, que é o piso salarial. Nós, do PDT, estaremos ao lado dos senhores nessa luta. Muito obrigado a todos. Boa tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Lamac* - Sr. Presidente e caros colegas Deputados, quero saudar os servidores e as servidoras da saúde e da educação aqui presentes e todos os que estão acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa nesta tarde e prestigiando esse grande esforço que está sendo feito - aliás, um esforço realmente hercúleo. Desde os últimos dias, temos tido sucessivas reuniões visando a equacionar esse problema que, como é do conhecimento público, é do Estado. Por menos que se tenha divulgado ou a grande mídia não tenha divulgado, a população está sentindo o problema das greves que assolam o Estado. Nos últimos dias, estamos muito empenhados em buscar soluções concretas que possibilitem a retomada dos trabalhos nesta Assembleia Legislativa. Conforme mencionado pelos Deputados que me antecederam, conseguimos avançar para a abertura do diálogo. Vamos buscar avançar agora nas soluções concretas que possibilitem a retomada ao serviço da educação. Estamos aguardando também - essa é a nossa expectativa - que se constitua uma comissão, para a qual já indicamos nossos representantes, capitaneados pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, para a questão da saúde. Acreditamos que, se o diálogo vai se iniciar agora com a educação, é preciso que a saúde tenha um horizonte, uma perspectiva concreta para resolução desse problema que talvez seja o maior flagelo da população mineira.

Sabemos que já não temos recurso, que o investimento é muito aquém do determinado pela legislação. Temos de ter o nosso material humano, as pessoas em plena atividade, elas que fazem, com tanta luta, com tanto sacrifício, a educação acontecer no Estado. Esse é o empenho que o bloco fez e continuará fazendo. Sr. Presidente, como comentei há pouco, às vezes as pessoas dizem: "Ah, que bom. Abriu a negociação e agora acabou, está feito o papel". Agora é que começa, o nosso trabalho se inicia agora, com a abertura de negociações, com a abertura do diálogo. Temos uma árdua tarefa pela frente, a de viabilizar que as justas reivindicações dos servidores sejam transformadas em conquistas, conquistas justas, conquistas já consagradas na lei. Então, a nossa batalha agora será para materializar o que já é hoje garantido, consagrado pela legislação, mas que ainda não se realizou para os servidores do Estado, o que, conseqüentemente, prejudica o atendimento da população de Minas Gerais.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Obrigado, Deputado Paulo Lamac, pelo aparte. Nesta oportunidade, quero dizer que todo esforço que estamos fazendo aqui, na Assembleia Legislativa, é para que haja abertura do diálogo com os servidores públicos de Minas Gerais, com os servidores da área da saúde. E isso porque já temos um diagnóstico, assim como o governo também tem, tratando de cada uma das instituições do Estado, seja a Funed, seja a Fhemig, seja a Hemominas, seja o Ipsemg. Tods elas



demandam decisões importantes de governo, demandam ações efetivas quanto a contrato de pessoal, ao trato dos salários, ao planejamento das ações, para que o Estado possa cumprir o seu papel social de implementar a política de saúde. Do jeito que está, não vai avançar, não por causa da greve. O pessoal tem de tomar consciência disso. Não é a greve que está estabelecendo, por exemplo, a escala mínima. Vocês sabem, assim como o Estado sabe, que em muitos lugares não há escala mínima com todos vocês trabalhando. O Estado também sabe, Deputado Paulo Lamac, que, mesmo fazendo concurso público, não vai complementar nem preencher as vagas existentes porque ninguém quer trabalhar nem vai submeter-se a um salário aviltante e à falta de uma carreira, que não existe. O pessoal está vendo isso. Quando tratamos desse escopo, primeiro está a compreensão. Vocês, trabalhadores e trabalhadoras da saúde, estão ajudando a alertar o governo para isso. O governo tem de ser ágil. Chegou o momento também de esgotamento da propaganda. Está claro, Deputado Paulo Lamac, que propaganda no Estado de Minas Gerais já não convence ninguém, não convence nenhum setor. Então, essa história de choque de gestão, de déficit zero, de eficiência administrativa está superada.

Temos de voltar aqui para chamar a atenção do Governador, com base nos princípios da democracia. Ontem, o Governador do Estado escreveu um artigo na "Folha de S. Paulo", exaltando o Estado Democrático, a participação popular e colocando as ferramentas modernas a serviço da democracia. Ora, se o Governador tem essa concepção tão evidente do valor da participação popular, ele não pode usar um argumento pequeno, desnecessário e dispensável de que não pode conversar com vocês, porque estão em greve. Isso é inconcebível! É contra a inteligência. Essa postura ofende a inteligência de Minas e mais a ele, professor de Direito Constitucional. Quero dialogar diretamente com o Governador do Estado de Minas Gerais, já que ele nos cedeu o "twitter" e o "facebook". Governador Anastasia, a saúde de Minas Gerais clama por decisões corajosas de V. Exa. e a mais importante e urgente neste momento é chamar para uma conversa os servidores do Estado, porque eles são verdadeiramente os seus colaboradores, os seus assessores, os servidores que vão dar consequência a uma política de saúde saudável e de sucesso. Deixo aqui registrado o apelo, o chamamento ao Governador que escreve sobre Democracia. Para terminar, agradecendo mais uma vez, Paulo Lamac, quero chamar a atenção para uma belíssima orientação do nosso mestre, o mestre do mundo, Paulo Freire, que diz que, para fazer valer o nosso discurso, temos de fazer com que ele se aproxime da prática de tal maneira que a prática se torne verdadeiramente o nosso discurso. Que o Governador possa fazer, na prática, o que tem falado ao povo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Paulo Lamac* - Obrigado, Deputado Adelmo. A sua fala é sempre lúcida e nos leva sempre à reflexão. Nada melhor do que terminar um pronunciamento com Paulo Freire, que também falava que a educação não muda o mundo; a educação muda as pessoas, e as pessoas mudam o mundo. Então, se queremos realmente avançar na nossa sociedade, é lógico que temos de investir na nova geração dos mineiros que é formada por nossos educadores. Temos de investir também na saúde das pessoas, que é garantida pelos servidores públicos. Realmente, é preciso que continuemos empenhados nessa luta, e as palavras do Deputado Adelmo reafirmam e reforçam esse espírito do nosso bloco. Ontem fizemos esse apelo, fizemos o chamamento ao Governador do Estado. Acredito que hoje, em certa medida, tivemos uma resposta com a vinda aqui, logo cedo, da Secretária Renata Vilhena e com a intermediação do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, que viabilizou chegarmos aos avanços conquistados. Mas nossa expectativa - aliás, firmamos isso hoje com os Líderes do governo - é de que o Bloco Minas sem Censura possa ser recebido pelo Governador do Estado, não nesse contexto dos pequenos avanços que estão sendo concedidos agora, mas em uma perspectiva de uma discussão ampla do Estado.

A postura do Bloco Minas sem Censura é de construção. Nosso compromisso é com o Estado de Minas Gerais. Queremos que as coisas avancem e estamos demonstrando que temos condições de contribuir com esse avanço. Acredito que a demonstração de boa vontade que o Bloco dá, ao destravar a pauta da Assembleia, ajudando o governo a mediar um conflito, que não estava dando conta de resolver, com os diversos segmentos dos servidores públicos em greve, demonstra o nosso compromisso com o desenvolvimento e a melhoria das condições do Estado. Por isso, o nosso Líder, Deputado Rogério Correia, fez mais cedo o reforço a esse apelo. Independentemente das questões que estamos discutindo agora, que o Bloco possa ser recebido no segundo semestre pelo Governador, para uma discussão ampla das questões estaduais, porque certamente temos condições disso, e queremos contribuir com esse avanço. Temos um entendimento diferente de como deveria ser a organização do Estado de Minas Gerais e achamos que há vários aspectos em que devemos mudar e melhorar, mas acreditamos que o Governador, sendo uma pessoa de boa índole e intenção, terá a grandeza de receber os Deputados do Bloco Minas sem Censura e nos dará essa abertura. Como o Adelmo bem disse, o Governador explicou por artigo em jornal o quanto preza a democracia participativa. Então, apesar de o Estado ainda não ter os instrumentos claros de democracia participativa - não tem orçamento participativo; não há Conselhos efetivamente participativos; as conferências não têm repercussão na administração estadual -, ou seja, apesar de ainda não ser possível perceber a materialização da democracia participativa na estrutura e na gestão efetiva do Estado de Minas Gerais, acho que a declaração de intenções do Governador demonstra que isso pode acontecer. Lembro, Adelmo, que temos experiência nesse aspecto, após anos e anos fazendo debates com a comunidade, com sindicatos e com associações de bairro, participando de reuniões de Conselhos e do orçamento participativo. Então, se eles querem agora valorizar a democracia participativa, temos de apoiar. De fato, com essa experiência acumulada por tantos anos, podemos contribuir e temos de estimular todos os que querem colocar em prática aquilo que no papel é fácil de defendermos. Então, fiquei muito satisfeito com o artigo do Governador. Agora, o nosso papel, como o de todos que são lutadores e acreditam nos sonhos, é fazer com que o que se escreveu seja transformado em realidade.

Indiscutivelmente, a gestão participativa é a tendência moderna da gestão e é o que o Partido dos Trabalhadores vem praticando no governo federal e, há muitos anos, em Belo Horizonte. Assim, esperamos que isso possa acontecer também no governo do Estado - é um grande avanço, indiscutivelmente, e o Deputado Adelmo traz essa questão à baila em um momento muito adequado, quando fazemos uma reflexão séria nesta Casa: bloqueamos, paralisamos a pauta por vários dias, radicalizamos e forçamos o diálogo e o diálogo veio; agora, vamos buscar os resultados. Queremos o mais rapidamente possível o atendimento ao pleito dos servidores em greve; queremos que sejam dadas condições efetivas para que os servidores da educação e da saúde retomem suas atividades o mais breve possível; e precisamos que os investimentos em saúde e educação sejam feitos dentro do que é legalmente estabelecido, para que tenhamos avanços efetivos, que vão fazer deste um Estado melhor para a população viver e vão tornar superadas as questões



pequenas que vimos discutindo aqui. Estamos discutindo sobre o salário de pouco mais de R\$300,00 - situação quase surreal; é difícil até acreditar que exista isso. Então, queremos retomar a discussão em patamares mais elevados: queremos discutir a evolução, o avanço, a democracia participativa. Mas, para isso, precisamos que o piso seja observado, que o investimento na saúde seja observado. Não tenham dúvidas de que estamos prontos a somar esforços com o Estado de Minas Gerais naquilo que depender do Bloco Minas sem Censura. Essa é a disposição dos Deputados do Bloco Minas sem Censura. Agradeço a todos e a todas; vamos firmes na luta, pois certamente a vitória será nossa. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Deputado Luiz Humberto Carneiro, V. Exa. já viu segurança daquela forma? Olha, Deputado, não venha aqui falar comigo...

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Deputado Durval Ângelo, por gentileza. V. Exa. está com a palavra para fazer o encaminhamento da votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme solicitado.

O Deputado Durval Ângelo* - Pediria, primeiro, que V. Exa. chamasse a atenção dos que se aproximaram para conversar com este parlamentar. Eu estava aqui ao microfone. Estava respondendo a quem me procurou.

A votação da indicação do Diretor-Geral da Imprensa Oficial é um bom momento para discutirmos a liberdade de imprensa. Nomear um Diretor para a Imprensa Oficial, que esta Casa atestou que preenche os requisitos para ocupar o cargo - e sou favorável, pois acolho os posicionamentos dos meus colegas -, faz-nos refletir sobre o livre direito de manifestação, concordando com a preliminar de V. Exa. Liberdade de imprensa nos leva a pensar a questão mais geral da democracia na sociedade. Ao indicarmos alguém para ocupar um cargo importante na Imprensa Oficial, temos de começar a dar exemplo dessa liberdade que defendemos na conduta e na postura dentro do Poder Legislativo.

Se acontecer algum enfrentamento naquela postura agressiva, de quem será a responsabilidade, já que estamos votando a indicação do Diretor-Geral da Imprensa Oficial? Será dessa Presidência? V. Exa. não me disse se a ordem para se postar daquele jeito foi de V. Exa. Não me disse.

Seria importante, até mesmo para o andamento dos trabalhos, que, até as 16h30min, tudo isso estivesse resolvido e que, além de votarmos a indicação do cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial, votássemos todos os outros cargos para, amanhã, concluirmos nossa votação. E que esta questão de ordem fosse respondida. Quem será responsável pelo enfrentamento, caso aconteça? A Presidência desta Casa, que solicitou que retirassem as duas pessoas que agiram de forma agressiva? V. Exa. não me disse se determinou que os seguranças se portassem daquele jeito. Então o responsável é o Diretor-Geral? O responsável por isso é o Gerente da área de segurança?

Veja, os professores estão cansados de sofrer a repressão de setores da Polícia Militar na rua. Se pelo menos nesta Casa, onde se vota o Diretor da Imprensa Oficial, o tratamento não fosse o mesmo... Ainda que os professores não saiam desta Casa com suas reivindicações atendidas, saibam que aqui é a Casa do debate democrático, que vota Diretor de Imprensa, mas preserva as outras liberdades democráticas da Constituição, e que aqui não serão agredidos.

Sr. Presidente, não me sinto em condições de votar a indicação do cargo de Diretor da Imprensa Oficial nem os cargos seguintes, se essa questão não for resolvida. Poderíamos ter outra sensibilidade para votar a referida indicação. Estamos nesta Casa discutindo, mas diria que, nos debates dos últimos meses, os exemplos dos Deputados, com palavras ofensivas, e aí, sim, de baixo calão, não têm sido bons. Outro dia, um Deputado até reclamou: “também o debate dos manifestantes é bem menor que os que temos feito nesta Casa”. A forma de condução de alguns debates internos é muito mais desrespeitosa que lá fora. E não postamos, diante de nenhum Deputado que fez tal intervenção, dois ou três seguranças para intimidar, usando, muitas vezes, do seu tamanho e da sua força física. Então, Presidente, não tenho clima para isso.

Os Deputados desta Casa são testemunhas de que, para eu chegar e me indignar com algo dessa magnitude, isso é porque realmente a gravidade é tamanha. Talvez, antes de votarmos as indicações dos cargos, poderíamos analisar as intervenções dos Deputados feitas neste Plenário. Se as notas taquigráficas da Assembleia trouxerem não apenas a discussão da comissão da indicação do cargo da Imprensa Oficial, mas todos os debates ocorridos neste Plenário, veremos que houve atitudes muito mais agressivas que essa.

Sr. Presidente, quero votar sim; quis e poderia ter votado a indicação do Diretor-Geral na terça-feira. Queria entendimento, se fosse o desejo desse parlamentar, mas acho que não há clima para a democracia. Lembro-me, Sr. Presidente, de quando o Prof. Cristovam Buarque era Reitor da UnB e - lá havia a Imprensa Oficial -, ao barrar a entrada de um Tenente da Polícia Militar naquela Universidade, pois este queria adentrá-la para perseguir alunos em greve, ele disse: “Sr. Tenente, aqui se entra apenas por vestibular, e não, por armas”. Quero dizer, Sr. Presidente, que a mesma coisa está acontecendo nesta Casa. Se V. Exa. disse que esta é a Casa do povo, não podemos ter uma barreira com bloqueio agressivo como aquele para intimidar pessoas.

Sr. Presidente, não foi ordem de V. Exa. Na questão de ordem que fiz anteriormente, V. Exa. pediu a identificação. Temos de identificar quem é agressivo e não está preparado para a democracia tanto na arquibancada quanto aqui dentro. Contudo, não aceito essa postura agressiva.

Estou fazendo um requerimento dirigido ao Diretor-Geral. Quando da última greve, em resposta a um inquérito instaurado sobre um segurança que estava na Assembleia Legislativa - não direi nome algum, João; não citarei o nome -, disse-me que não estaria mais em contato quando houvesse movimento grevista. Na verdade, foi um pedido que fiz, e ele o acolheu. Sinto-me enganado. Não posso me sentir enganado pelo Diretor-Geral. Não quero polemizar.

V. Exa. é testemunha de que eu queria votar na terça-feira. O Diretor da Imprensa Oficial já poderia ter sido aprovado na terça-feira. Até anunciei publicamente que não estaria aqui caso os trabalhos fossem até sexta-feira, porque estamos indo para a Romaria dos Mártires da Caminhada, em São Félix do Araguaia, em Ribeirão Cascalheiras. Além disso, disse que a Casa tinha de votar e o governo, de dialogar com os grevistas. Cobrei mais: um clima melhor de entendimento entre os Deputados e com menos agressão. Os Srs. Deputados estavam dando um tiro no pé. Essa foi a minha expressão. O tratamento tinha de ser mais respeitoso aqui dentro. Do



contrário, se continuar assim, talvez, quando um Deputado - seja da Situação ou da Oposição - for atacar o outro, poremos três ou quatro seguranças na frente dele para dizer-lhe: "Olha, se disser algo agressivo, estará preso". Aliás, até apanha, como vimos na última greve.

O Sr. Presidente - Deputado Durval Ângelo, é importante que V. Exa. preste mais atenção no meu comportamento desde que assumi a Presidência desta Casa, um comportamento muito simples e democrático e de muita proximidade com a população. Tenho a alegria de dizer isto: que atendo a todos com muito carinho e muita atenção. A Presidência tem-se pautado incansavelmente por esse comportamento. Na minha gestão, neste breve tempo, não presenciei em momento algum nenhum Deputado que tivesse um comportamento inadequado. Da mesma forma, foi a primeira vez em que presenciei o comportamento indevido de uma minoria. E, assim sendo, solicitei tão somente a identificação dessa minoria que estava expressando palavras de baixo calão. A Presidência não será tolerante com Deputado que venha a ter procedimento inadequado como esse nem com militante que porventura não respeitar os bons padrões de cordialidade e educação.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Paulo Roberto Franceli para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Carlos Miranda

exonerando Jeane Pereira de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Maura Lidiane Santos Cordeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Roberto Wagner Dias de Jesus do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Jeane Pereira de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Roberto Wagner Dias de Jesus para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Na data de 18/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, Anna Carolina Prado Alves do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Rural de Formiguinha. Objeto: doação de bem móvel declarado inservível. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Comunidade Terapêutica São Francisco de Assis. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.